

editorial

A Rede Internacional de Movimentos Sociais, que se organiza no interior do processo Fórum Social Mundial, diz, em carta que convoca a ação global de 26 de janeiro, que a violência é uma característica do capitalismo neoliberal. Há a repressão sofrida pelos movimentos que se opõem ao sistema, há o estado de guerra global permanente, há a imposição de deslocamento para uma parcela da população mundial, entre outros.

As mulheres sofrem mais as consequências dessa realidade. O feminismo sempre denunciou e combateu a violência sexista. Trouxe para o espaço público o que se vivia no âmbito privado e apontou o perigo que as mulheres vivem enquanto permanecer a violência. Assim, o feminismo construiu a compreensão de que combater a violência contra a mulher significa combater os fatores que estruturam a opressão das mulheres, a subordinação, o controle sobre seus corpos e suas vidas.

Isso inclui dizer não às guerras, que matam, aumentam a pobreza e usam o estupro de mulheres e meninas como arma de guerra. Também inclui dizer não à prostituição. Numa perspectiva feminista, o projeto em tramitação na Câmara dos Deputados (que legaliza a prostituição) autoriza e legitima redes de prostituição, turismo sexual e tráfico de mulheres.

Nossa sociedade é machista, marcada pela exploração econômica e opressão, portanto, a prostituição não é um “ato espontâneo”. Não se podem descolar práticas sexuais das relações sociais nas quais elas estão inseridas. A apropriação mercantil dos corpos das mulheres nada tem a ver com sexualidade livre, mas sim, com violência física e simbólica. A mesma violência característica do capitalismo neoliberal.

As Semprevivas



O sexismo e a resistência à aplicação da Lei Maria da Penha

*Maria Lúcia Silveira e Sônia Coelho**

A resistência que encontramos recentemente, por parte de juízes, em aplicar a Lei nº 11.340, mais conhecida como “Lei Maria da Penha”, revela o sexismo que impregna não só a cultura dos operadores do direito, mas também, de vários aparatos do Estado. A Lei foi produto de discussão democrática, que partiu da experiência e das dificuldades de se combater a violência contra mulheres.

O juiz de Sete Lagoas (MG), Edílson Rodrigues, por exemplo, expressou seu preconceito e clara misoginia quando afirmou, em sentença, que “o mundo é e deve continuar sendo masculino”. Ao justificar a autoridade e o poder masculino, inclusive com certa violência contra as mulheres, tornou límpido o fundamento

da dominação e da violência sexista que ainda vigora na cultura patriarcal.

É por isso que devemos olhar a questão da violência contra a mulher numa perspectiva além das medidas judiciais apontadas na Lei. É preciso valorizar mais os aspectos educativos, preventivos, configurados numa rede de proteção social e de políticas públicas de um lado, e de outro, no controle social disso pelo movimento de mulheres, garantindo-lhe fortalecimento e respaldo dos poderes públicos, aí sim, fazendo valer a Lei em toda sua plenitude.

Ressaltar a prevenção

Passado um ano da promulgação da Lei, é importante retomar os fundamentos da violência sexista e fazer um traba-

continuação da capa

Confiança e solidariedade entre as mulheres para enfrentar a violência



lho educativo que envolva toda a sociedade, já que a resistência e mesmo a oposição vêm de várias instituições, inclusive dentre as próprias delegacias da mulher. É preciso dar mais ênfase aos aspectos preventivos da Lei que, no artigo 8º, aborda “medidas integradas de prevenção”, e em suas diretrizes, assegura que os meios de comunicação social devem pautar-se pelo respeito a valores éticos e sociais, assim como propõe campanhas e programas educacionais nas escolas e na sociedade em geral.

A escola é um importante agente socializador, portanto, trabalhar conteúdos referentes a relações de gênero, violência sexista e racismo ajudará uma nova geração a compreender que o mundo não é naturalmente masculino, como afirmou o juiz, mas é construído pela sociedade, que forma as mulheres para serem submissas, objetos de posse sob poder dos homens, e a violência sexista tem base nas desigualdades existentes entre homens e mulheres.

Com as mulheres, o movimento deve amplificar a formação, os grupos de discussão, as oficinas sobre as bases da violência e estimular os laços de confiança e solidariedade entre as mulheres, para que elas possam, a partir de sua realidade, buscar alternativas de enfrentamento à violência, pois a lei sozinha não protege a vida das mulheres. E que essas ações, protagonizadas pelas mulheres nos bairros e outros espaços públicos, possam colocar a toda a sociedade a tarefa de alterar as relações entre os sexos e construir relações igualitárias. É preciso também que os movimentos sociais e outros homens exerçam a solidariedade na luta contra a violência, porque o repúdio de seus iguais pode criar constrangimento para aqueles que continuam praticando e fazendo apologia da violência.

Estudo e reflexão teórica

Pesquisadora dessa temática, Heleieth Saffioti nos ajuda a refletir sobre os fundamentos da violência contra mulheres, que

muitos técnicos e profissionais insistem em tratar com um humanismo genérico que não afeta as relações sociais concretas, seja porque sacralizam a família, seja porque crêem nos caminhos da negociação de conflitos entre desiguais. Além disso, muitos profissionais patologizam o agressor. Segundo Saffioti, no livro *Gênero, patriarcado, violência* (2004):

“Para quem define a violência doméstica em termos do estabelecimento de um domínio dos seres humanos situados no território do patriarca, não resta dúvida que a hierarquia começa no chefe e termina no mais frágil de seus filhos, provavelmente filhas. (...) Apesar de que ‘as mulheres figuram em número importante dentre as vítimas de violência e em número reduzido dentre os autores de violência’ (Collin, 1976), há muitas mulheres que maltratam seus filhos, elementos inferiores na hierarquia doméstica. Não apenas o homem, mas também a mulher está sujeita à síndrome do pequeno poder, sendo uma freqüente autora de maus tratos contra crianças. Como afirma Welzer-Lang (1991), a violência doméstica é masculina, sendo exercida pela mulher por delegação do chefe do grupo familiar. Como ela é o primeiro modo de regulação das relações sociais entre os sexos (p.23), é desde criança que se experimenta a dominação-exploração do homem (patriarca), seja diretamente, seja usando a mulher adulta. A função de enquadramento (Berteaux, 1977) é desempenhada pelo chefe e seus prepostos. Assim, o gênero, a família, o território domiciliar contêm hierarquias, nas quais os homens figuram como dominadores-exploradores, e as crianças, como os elementos mais dominados-explorados. Nos termos de Welzer-Lang, ‘a violência doméstica tem um gênero: o masculino, qualquer que seja o sexo físico do/da dominante’ (pp.73-74)”.

Saffioti, na mesma obra, enfatiza em suas análises: “O consentimento social para que os homens convertam sua agressividade em agressão não prejudica, por conseguinte, apenas as mulheres, mas também a eles próprios. A organização social de gênero, baseada na virilidade como força-potência-dominação, permite prever que há um desencontro amoroso marcado entre homens e mulheres. As violências física, sexual, emocional e moral não ocorrem isoladamente. (...) Sobretudo em se tratando de violência de gênero, e mais especificamente, a intrafamiliar e doméstica, são muito tênues os limites entre quebra de integridade e obrigação de suportar o destino de gênero traçado para as mulheres: sujeição aos homens, sejam pais ou maridos. Dessa maneira, cada mulher colocará os limites em um ponto distinto do *continuum* entre agressão e direito dos homens sobre as mulheres. Mais do que isto, a mera existência dessa tenuidade representa violência (op.cit.,p.75)”.

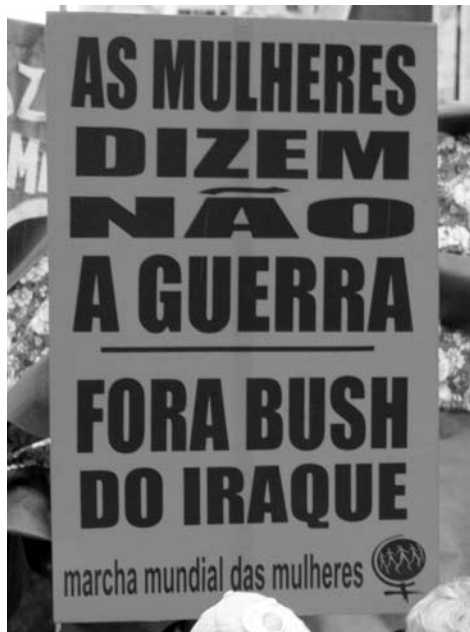
Combater o sexismo deve ser o motor para enfrentar as resistências à Lei Maria da Penha, e a conscientização e a auto-organização das mulheres é que melhor pode se encarregar dessa tarefa. É nas trilhas do feminismo que essa luta se revigora.

* Maria Lúcia Silveira é socióloga da Coordenadoria da Mulher da Prefeitura de São Paulo e colaboradora da SOF, e Sônia Coelho é integrante da equipe técnica da SOF

Paz: feminismo é a peça que falta*

Diane Matte**

Anderson Barbosa



Feministas antiimperialistas contra a guerra e a opressão

Paz é essencial. Basta ligar a televisão ou abrir um jornal para ver milhões de razões para se condenarem as guerras e ocupações. Grupos feministas, como a Liga Internacional das Mulheres (WILPF), foram exitosos em 2000, ao conseguir a aprovação de uma resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas exigindo dos Estados membros a inclusão das mulheres em toda negociação de paz, de manutenção da paz e processos de resolução de conflitos. Assim como muitos outros grupos, a WILPF sinaliza para uma cultura de paz que, mais que ausência de guerra, implica em uma avaliação profunda para conhecer suas causas e, com base nisso, desenvolver ações para combatê-las.

Desmilitarização também é essencial. Especialmente neste momento histórico, desde 11 de setembro de 2001 e as guerras que se sucederam a ele. Antes, durante os anos 90, a humanidade se caracterizou por conflitos esquecidos, como o genocídio de Ruanda, a guerra dos Bálcãs, a guerra do Golfo, e muitos conflitos étnicos instigados por superpotências, a fim de consolidar seu controle sobre uma região ou de apropriar-se dos recursos da mesma. Essas guerras chamadas de “baixa intensidade” causaram a morte de milhões de homens e mulheres, sem mencionar outros milhões de mulheres e meninas que foram violadas ou sujeitadas a escravidão sexual.

Mas desde 2001, vivemos uma guerra interminável e uma intensa glorificação da ação militar. Conflitos persistem em pelo menos 50 países e territórios de todo o mundo. O número de vítimas civis aumenta. Cidadãos, especialmente mulheres, são feitos reféns ou atingidos nos ataques. Também há uma nova tendência, que usa os princípios de direito e liberdade da mulher para justificar ataques contra populações civis. As bases militares estadunidenses se espalharam pelo planeta (há 702 bases em 130 países); o gasto militar está crescendo (entre

2000 e 2005, o fundo militar do Canadá foi ampliado em cerca de 15 bilhões); Estados e forças rebeldes recrutam soldados entre os mais pobres da população e, em alguns casos, alistam meninos.

Feminismo: resposta essencial

Ações feministas para resistir à guerra e à militarização adotam diferentes formas¹, segundo a análise que precede essas ações. Há algumas que visam a incluir as mulheres em processos de paz ou a protestar contra a impunidade de agressores, do Estado e de grupos que empregam a violação como arma de guerra. Outras visam a levar a cabo ações de desobediência civil para dizer não à agressão e construir vínculos transnacionais, como faz a rede das Mulheres de Negro. Essa rede contribui para discussões importantes sobre a desmilitarização de nossas vidas cotidianas, o rechaço do nacionalismo, das relações de poder, da necessidade de proteção que é inculcada em nós quando crianças pelo patriarcado, etc.²

Algumas mulheres são críticas da corrente do feminismo que, baseada nos

conceitos de igualdade e diferença, celebra a inclusão das mulheres em exércitos e vê as mulheres como arquitetas “naturais” da paz³. A feminista Jules Falquet descreve a nova divisão sexual do trabalho internacional em seu texto “Homens no exército, mulheres nos trabalhos de serviços”, no qual ela analisa a militarização como consagração do papel de divisão sexual do trabalho pelo patriarcado⁴.

Desde 2000, a MMM aborda a questão da paz e da desmilitarização, chamando atenção para a presença de mulheres em regiões de conflito.

Incluímos a paz como um dos valores fundamentais na Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade. Nosso compromisso de abordar as causas da pobreza e da violência contra a mulher tem-nos levado a apontar os efeitos combinados de sistemas como o patriarcado, o capitalismo e o racismo, os quais desempenham um papel preponderante na manutenção do mundo em estado de guerra e em guerra permanente contra as mulheres. Uma paz durável somente será alcançada com uma profunda transformação das relações entre homens e mulheres.

* Slogan utilizado por feministas em Vancouver, Canadá.

** Diane Matte é da Marcha Mundial de Mulheres de Québec.

1. Ver De adonde nosotras nos soportamos: “Guerra, Activismo de las Mujeres y Análisis Feminista”, por Cynthia Cockburn, publicada por Zed Books, Londres, Fevereiro 2007.

2. Ver o site Mulheres de Negro de Belgrado: www.zeneucnom.org/index.php?lang=en

3. Ver: Andréa D’Atri, Échec de légalité, échec de la difference, September 2004; [www.ft-europa.org/francais/Strategie/E121/Femmes_Guerre_\(Ad»A\).htm](http://www.ft-europa.org/francais/Strategie/E121/Femmes_Guerre_(Ad»A).htm)

4. “Hommes en armes et femmes” de services”. In: Tendências neoliberais na evolução da divisão sexual e internacional do trabalho, Jules Falquet, Livros de Gênero 40, maio 2006.

Aborto comparece no cinema mundial



Divulgação

4 meses, 3 semanas e 2 dias (4 Luni, 3 Saptamani Si 2 Zile) teve exibição concorrida na 31ª Mostra Internacional de Cinema de São Paulo, e esperamos que entre em cartaz em 2008. Tem duração de 109 minutos. Com Laura Vasilu e Anamaria Marinca e direção do romeno Cristian Mungiu.

O filme foi vencedor da Palma de Ouro em Cannes este ano, e também levou o prêmio da crítica. Nesse drama, o aborto é tratado de forma árida pelo diretor, mas, não obstante, ele consegue extrair poesia, fato notado por vários críticos, como Sérgio Rizzo. A história se passa na Romênia, na época da ditadura de Ceauscescu, final dos anos 80.

Nesse contexto, a jovem universitária Gabita pede a ajuda da amiga Otilia, sua colega de quarto, para realizar um aborto, ilegal.

A história é contada do ponto de vista de Otilia. Ela negocia o quarto de hotel para realizar o aborto, obtém o dinheiro e o acompanha pragmaticamente. O tom naturalista e as cenas minimalistas não deixam de revelar a corrupção cotidiana, a hipocrisia, em meio a um potencial dramático que se vai desvelando. 4 meses, 3 semanas e 2 dias pertence a um grande projeto chamado "Histórias da Era de Ouro - Uma história subjetiva do comunismo na Romênia".

o que rola

Por uma previdência solidária e inclusiva

O Fórum Nacional da Previdência Social do governo federal (FNPS) concluiu seus trabalhos dias 30 e 31 de outubro. Nesses dois dias, o Fórum Itinerante e Paralelo sobre a Previdência Social (FIPPS) do Movimento de Mulheres promoveu um acampamento nacional em Brasília, em frente ao Ministério da Previdência, reunindo cerca de 300 mulheres. O FIPPS entregou uma carta ao governo brasileiro contendo propostas para um sistema de seguridade social público, universal, solidário e redistributivo. Entre as propostas apresentadas estava a instalação de um Conselho Nacional da Seguridade Social, com presença dos movimentos de mulheres, para garantir a participação popular.

O encerramento do FNPS e a apresentação das propostas consensuadas não indicam o fim do processo. A batalha está só começando. Por isso, o FIPPS continua mobilizando e dando seqüência aos seus debates e ações.

nº 66 Novembro de 2007
ISSN 1516-8042

CONSELHO EDITORIAL

Andréa Butto, Francisca Rocicleide da Silva (Roci), Helena Bonumá, Ivete Garcia, Maria Amélia de Almeida Teles (Amelinha), Maria Emília Lisboa Pacheco, Maria de Fátima da Costa, Maria Otilia Bocchini, Martha de la Fuente, Mary Garcia Castro, Matilde Ribeiro, Raimunda Celestino Macena e Tatau Godinho.

A Folha Feminista, ISSN 1516-8042, é um boletim da SOF na luta feminista. Este número tem apoio financeiro da Fundação Heinrich Böll.

EQUIPE EDITORIAL

Diretora Responsável: Nalu Faria
Colaboradoras: Alessandra Terribili e Maria Lucia da Silveira
Projeto Gráfico: Alexandre Bessa
Diagramação: Márcia Helena Ramos
Fotolito: SB Editora
Impressão: RWC Artes Gráficas
Tiragem: 1.500 exemplares
Número avulso: R\$1,50



SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA

Assinatura anual (10 números): R\$15,00

Rua Ministro Costa e Silva, 36, Pinheiros
05417-080 - São Paulo / SP
Tel/fax: 3819-3876
Correio Eletrônico: sof@sof.org.br
Página na internet:
<http://www.sof.org.br>

próximos números

- PERSPECTIVAS DA LUTA FEMINISTA EM 2008
- AÇÕES INTERNACIONAIS ANTIGLOBALIZAÇÃO